



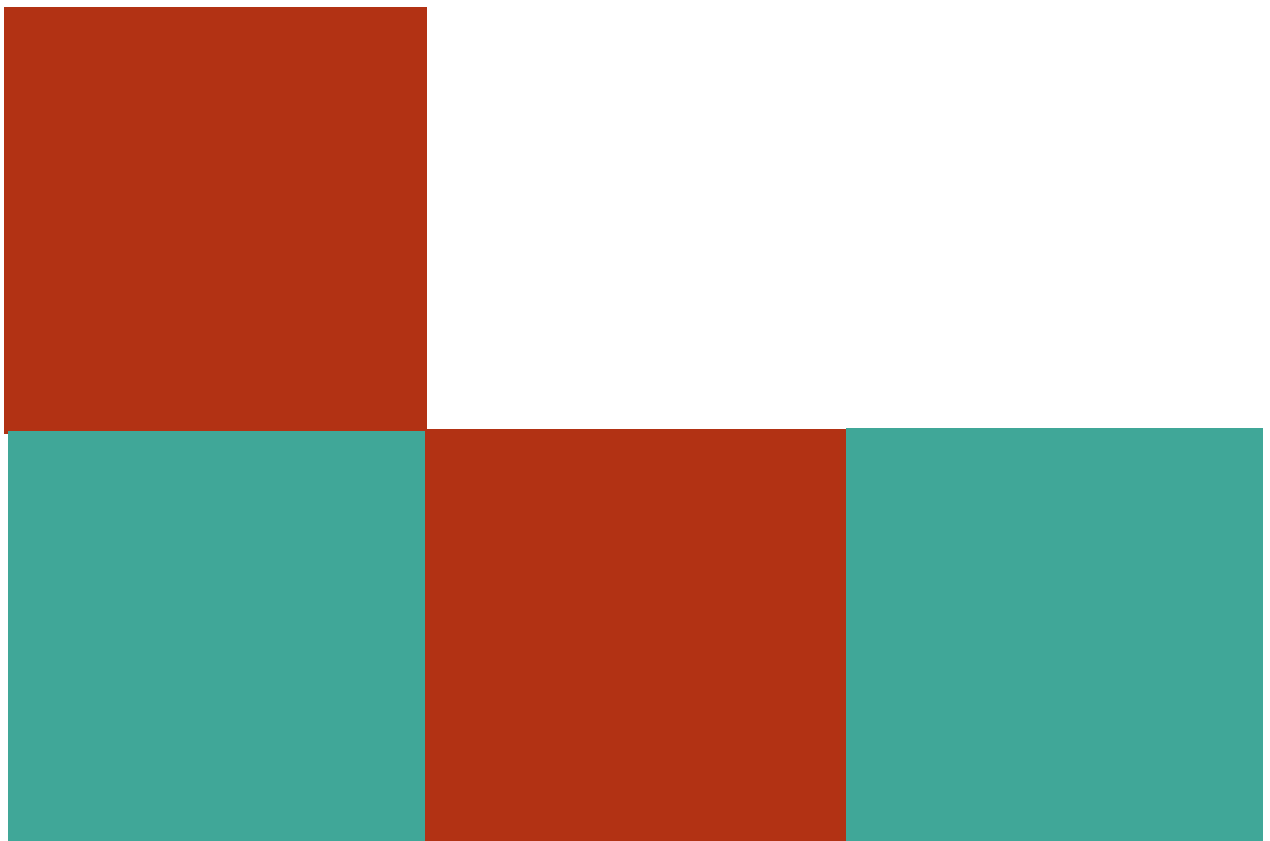
# Algoritmos da política, políticas do algoritmo

Resenha

KATZ, Yarden. *Artificial whiteness*. Politics and ideology in Artificial Intelligence. New York: Columbia University Press, 2020

Murilo Duarte Costa Corrêa

*Professor Adjunto de Teoria Política na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, onde coordena o Laboratório de Pesquisa em Teoria Social, Teoria Política e Pós-Estruturalismo desde 2017.*



À primeira impressão, tudo, em *Artificial Whiteness*, se parece muito com os repetidos discursos críticos das tecnologias digitais e algorítmicas, que as reconhecem como um fenômeno global cercado a um só tempo de perigos e chances. No início da segunda década do século XXI, acumulamos pelo menos dois tipos de cânones sobre as tecnologias algorítmicas: um, histórico e celebratório, falsamente ingênuo; outro, paranóide e defensivo, parcamente crítico – apesar da estética *black mirror*.

A beleza do gesto que orienta este livro está em não se render ao aparato crítico *prêt-à-porter* dos liberais-progressistas americanos; os mesmos que circulam com facilidade nos grandes salões de Estado, entre os *heads* das *Big Techs*, obtêm *grants* milionários de *research and development* (que virarão patentes e propriedade intelectual), e – sem jamais se perguntarem “o que de fato é” a Inteligência Artificial (IA) – metem-se a tagarelar sobre ela como “uma força posta para mudar tudo, para trazer utopia ou desastre” (Katz, 2020: 03).

Outra beleza do livro de Katz está em encontrar o ponto em que a tecnofilia e a tecnofobia – essas duas forças da *inteligência reduzida* – aparecem, finalmente, como o que verdadeiramente são: impotência política compartilhada; pontos de efetivo estrangulamento que devem ser imediatamente dispensados (MARTÍNEZ, 2021).

Um dos argumentos mais interessantes e centrais de *Artificial Whiteness: politics and ideology in Artificial Intelligence* (Columbia University Press) – livro publicado em 2020 pelo pesquisador do departamento de sistemas biológicos da *Harvard Medical School*, e doutor em ciências cognitivas pelo MIT –, consiste na descrição consequente da IA como uma expressão do poder e como uma ferramenta adaptativa do projeto social e político totalizante da branquitude.

Afirmá-lo só é possível ao pressupor – sem necessariamente levar a suas últimas consequências teórico-políticas – uma relação ontogenética entre técnica e sociedade: “desenvolvimentos em computação são moldados por, e por sua vez também moldam, condições sociais” (Idem: 04).

Isso explicaria, por exemplo, a obsessão dos pesquisadores de IA com modelos de *self*: numa imbricação entre psicologia e biologia, entender os tipos de seres que somos, nossos limites, nossas capacidades. Derivar esses achados loucamente na ambição de fixar (*to pindown*) o *self*, tanto para reproduzi-lo quanto para, quem sabe, ultrapassá-lo (e daí, as narrativas enfadonhas sobre o pós-humano), ou mesmo chegar a um ponto neutro da inteligência: desenvolver uma *view from nowhere* a fim de montar sistemas capazes de aprender, raciocinar e agir independentemente do contexto social.

O problema com esse exercício é que “A *view from nowhere* acabou sendo uma visão que vinha de um lugar específico, branco e privilegiado” (Idem: 06). O livro de Katz rapidamente a revela como uma *view from now-here*, e também uma *view from elsewhere* – na medida em que as condicionantes históricas e estruturais que dão forma ao *aqui- agora* deitam raízes em certa relação instável e de continuidade com sobrevivências estruturais ancestrais.

Então, seria preciso *situar* esse mito e esse falso universal em um contexto político de mais amplo espectro, compreendendo que a IA e os sistemas de computadores se desenvolvem “em uma sociedade baseada na supremacia branca que trabalhou por realimentar seus mitos” (Idem: 07). Assim, o que o livro de Katz oferece é antes uma imensa pergunta do que uma definição – embora as definições tampouco falem: *do que estamos falando precisamente ao dizer IA*, especialmente quando consideramos que seu desenvolvimento é inexoravelmente situado?

Katz afirma que existe uma isomorfia entre sociedades baseadas na supremacia branca – ordens raciais, ou de *branquitude* – e a IA. Assim, IA não é nem um conceito nem uma técnica pronta e acabada, mas “um espelho dos projetos políticos de seus técnicos e poderes investidos” (Idem: loc. cit.). Isto é, a IA não seria, para Katz, uma tentativa veraz de dar conta do “pensamento humano”, ou uma tecnologia para reproduzi-lo em máquinas (a chamada *singularidade tecnológica*). Sob a projeção maquínica desse pensamento universal demasiado humano, insiste na verdade *uma tecnologia da branquitude*, e esta é a tese de *Artificial Whiteness*.

Essa afirmação se desenvolve em pelo menos duas dimensões articuladas nas quais a isomorfia entre IA e branquitude se desdobra: i) Uma *isomorfia morfológica*: a IA espelha projetos políticos de branquitude e sua ordem social totalizada; portanto, assim como as sociedades baseadas em hierarquias raciais, a IA é instável, possui uma flexibilidade ideológica relativamente incoerente; ii) Uma *isomorfia estratégica e adaptativa*: assim como as sociedades racializadas, a IA colocaria em funcionamento uma estratégia de “colcha de retalhos improvisada (*makeshift patchwork*)” que, apesar da mutabilidade e da inconsistência, serviria muito bem a “um conjunto estável de interesses” (Idem: 07).

Então, a relação entre IA e branquitude é a aquela entre um conjunto mutante e adaptável de técnicas computacionais e um conjunto de transformações sociais e de governança globais, isomorficamente flexíveis, relacionados a projetos como o capitalismo, o imperialismo, o patriarcado e a heteronormatividade (Idem: 09). Sua tese, em uma linha, é a de que “[IA] deveria ser vista como uma tecnologia de branquitude: uma ferramenta que não apenas seve aos objetivos da supremacia branca, mas também reflete a forma da branquitude como ideologia” (Idem: loc. cit.).

\*

O texto de Katz é muito forte em termos descritivos e na formulação de problemas. Lançando mão de uma visão estrutural das sociedades desenvolvidas (sobretudo, a americana), ajuda a compreender um pouco mais por que a privacidade, os dados pessoais e os direitos de personalidade na Internet não passam do segredinho sujo e privado que pode constituir o objeto fácil (paranoide, privado, transferível, patrimonializável, extraível e acumulável) das regulações estatais e internacionais.

A tese de *Artificial Whiteness* talvez permita compreender melhor, e conduzir à superação das suas próprias premissas, um dos argumentos de Virginia Eubanks. Em *Automating inequality*, ela comenta o direcionamento de sistemas de *red-flags* no

contexto do que chamou de *digital poorhouse*: “A maior parte [das pessoas] é visada para o escrutínio digital como membros de grupos sociais, não como indivíduos” (EUBANKS, 2019: p. 11). Então, o policiamento *soft* e cotidiano dos nossos *gadgets*, *wearables* e aparatos de *IoT* **não tem nada a ver com você** – exceto na medida em que você não pode deixar de integrar uma estratégia de poder que não é “instrumentária” (ZUBOFF, 2020), mas *omnes et singulatim*, e que recai sobre a *dividualidade* do *Big Data* (FOUCAULT, 2001; DELEUZE, 2008).

A afirmação de Katz de que a IA é uma ideia, ou um conceito, que não está dado, nem pronto ou acabado, avança a possibilidade de uma leitura crítica e socialmente situada da IA. No contexto americano, ela aparece ligada à branquitude e aos supremacistas brancos, a sistemas sociais racialmente ordenados, e envolve todas as confluências estratégicas que esse tipo de dominação estrutural mobiliza: capitalismo, imperialismo, colonialismo, machismo, heteronormatividade etc.

Há, nesse argumento, duas características que podem ser problematizadas. A primeira tem a ver com o fato de que o argumento estrutural, que representa uma dada formação social como uma estrutura estrategicamente flexível e adaptável, mas soldada a valores invariantes (a branquitude), termina por reduzi-la a esses invariantes. Então, tudo se passa como se, nas sociedades, tudo mudasse para que tudo permanecesse exatamente o mesmo. É esta a verdade profunda, mas também o problema, que reside em pensar as sociedades de forma estrutural: elas implicam um movimento de parada na análise, traçam uma configuração de forças sólida, ancestral, histórica e invariante – ou variável, mas apenas projetada na longa duração que, possivelmente, não viveremos.

A segunda característica do argumento, que parece uma função da primeira, qualifica a IA como uma ferramenta profundamente negativa. Os algoritmos e a inteligência artificial, segundo essa versão, seriam mecanismos flexíveis e adaptáveis, mas, assim como nas sociedades tudo muda para que permaneça o mesmo (os invariantes estruturais), também a IA seria uma máquina artificial de prolongar o capitalismo, o imperialismo, o colonialismo, o machismo, a heteronormatividade – ou, em uma palavra,

a branquitude como invariante estrutural. Assim, a IA é uma ferramenta artificial e conjuntural, fabricada e modulada por invariantes estruturais.

É interessante notar que Cathy O’Neil (2020) e Virginia Eubanks (2019) parecem dizer algo semelhante a partir de argumentos inteiramente diversos. O’Neil reconhece, por exemplo, que modelos matemáticos, “apesar de sua reputação de imparcialidade, refletem objetivos e ideologias” (O’NEIL, 2020: p. 35). Isso se explica de várias formas: por sua opacidade, impenetrabilidade, circuitos reforçados de *feedback*; pelo fato de refletirem processos decisórios baseados em *proxies*, e por uma tendência do *Big Data* em “programar em código o passado” (O’NEIL, 2020: 315). Seus modelos dedutivos e preditivos moldariam o futuro a partir da assunção de que os padrões passados se repetem, e assim, entre os algoritmos, qualquer futuro só pode repetir o passado.

Virginia Eubanks reconhece algo similar. O que Eubanks chama de *digital poorhouse* (ou “casa de caridade digital”) é um sistema tecnológico totalizante que preserva estruturas passadas de desigualdade (Idem: 147). É um sistema complexo, geralmente secreto, opaco e protegido por patentes e propriedade intelectual, massivo, escalável, persistente e eterno.

É verdade que seus estudos analisam a interpenetração entre políticas sociais e de bem-estar em estados e cidades americanas bem situadas, mas também é verdade que Eubanks, a partir da projeção de uma das destinatárias dessas políticas sociais algorítmicas, prevê seu potencial de expansão: “as ferramentas tecnológicas testadas nos pobres, mais cedo ou mais tarde serão usadas em todos” (Idem: p. 152). Concordando com Cathy O’Neil sobre os modelos matemáticos mobilizarem o passado por natureza, Eubanks chegará à conclusão limítrofe de que “a *digital poorhouse* previne e impede (*preempts*) a política” (EUBANKS, 2019: p. 157).

Tanto a saída de Cathy O’Neil quanto a de Virginia Eubanks é política, ética e narrativa. Precisáramos tanto “impor valores humanos nos sistemas” (O’NEIL, 2020: p. 320), sem que possamos contar com a espontaneidade do livre-mercado para isso (Idem:

p. 309), como “mudar como pensamos, falamos e nos sentimos sobre a pobreza” e, se for possível, “contar melhores histórias” (EUBANKS, 2019: p. 160) para dismantelar a automação das desigualdades.

Assim, os algoritmos prolongam o passado; previnem e bloqueiam a política; incorporam a faceta computacional, eficaz e atualizada do neoliberalismo *no future*; e uma vez “deixados a sós, produzirão elevadas desigualdades, a não ser que façamos um compromisso explícito para forjar um novo caminho” (EUBANKS, 2019: p. 159).

Há, entretanto, algo essencialmente problemático nessa proposta – e que o livro de Katz permite identificar bem. Na medida em que os algoritmos são verdadeiras expressões de poder da estrutura social racializada e desigual, todo novo caminho ético *por dentro* dos algoritmos seria politicamente impossível. Seria preciso atacar as causas estruturais.

O ponto fraco do livro de Katz é, no entanto, precisamente a relativa vagueza de sua política, que se resume a uma “recusa gerativa” (KATZ, 2020: p. 231), já que as “visões dissidentes” sobre o tema se desenvolvem em práticas “involucradas pelo imperialismo e pelo capitalismo” (Idem: p. 224).

Ao descrever a IA como uma expressão flexível e adaptável do poder estruturado de uma dada sociedade, encontramos o limite de sua crítica: como mudar as estruturas sociais, especialmente diante da montagem sócio-algorítmica que previne a política e continua o neoliberalismo por outros meios? Isso nos coloca diante de um impasse, ou de uma aporia, mais geral que a obra de Yarden Katz, e que, nela, parece originar-se da representação da sociedade que subjaz aos algoritmos como a constante “variação de um invariante”.

É aí, no limite de seu pensamento político, que se libera uma dimensão que poderia ser melhor explorada: levando a sério a ideia de que a IA é uma técnica mutante, ligada a uma estratégia política historicizável (conjuntural e de longa duração), e como uma expressão mutante, embora isomórfica a uma ideologia.

Pensemos isso à luz de outro ponto forte do texto, que está no uso de uma sócio-tecnopolítica mobilizada em sentido efetivo. Isso está presente tanto na afirmação de uma circularidade entre IA e estruturas sociais de branquitude (espelho e expressão de poder de um regime racial), quanto em uma dimensão crítica que vai “além do óbvio”. Ela fica clara quando Katz dirige críticas ponderadas, mas contundentes, à cumplicidade dos teóricos e técnicos da IA, situados em um espectro político liberal ou progressista (em sentido norte-americano), com o capitalismo, o imperialismo, o racismo e ao sexismo.

A preocupação constante desses teóricos e práticos ativistas com os vieses raciais e de gênero, e com a dimensão ética da técnica, não cessa de desviá-los, segundo Katz, do real problema. E o argumento da isomorfia, com todos os seus limites, funciona muito bem aqui: a pretexto de impedir que sistemas de reconhecimento facial apresentem vieses de gênero ou raça, as críticas dos liberais progressistas – que muitas vezes se originam de movimentos sociais radicais – forçam os sistemas de IA a chegarem à *final frontier* das sociedades para se aperfeiçoarem, identificando pobres, mulheres e negros com precisão, e engajando-se com ainda mais vigor em uma lógica carcerária positiva da qual todos (uns mais, outros menos) participam. Eis o paradoxo (entre ingênuo e hipócrita) em que se envolvem os teóricos e técnicos críticos de IA nos EUA.

A nosso ver, a maneira mais positiva de explorar o que Katz escreve, para além de suas próprias premissas e preocupações demonstrativas – que já são boas o bastante –, seria procurar pensar mais profundamente a correlação (interessantíssima) entre *a natureza mutante da IA e das formações sociais*.

No fundo, o que Katz está dizendo com essa crítica é que a IA participa de um *agenciamento concreto* que não pode ser ignorado. Veremos que Katz dispensa a ideia de que a IA seja uma técnica neutra e sujeita a usos diversos como um argumento liberal porque conserva, no fundo, a ideia de que a sociedade, através da sua instabilidade estratégica, consegue se manter estruturalmente estável. A questão verdadeiramente política que reside aí é que esse agenciamento que envolve a IA também é mutante em si (e não apenas os seus termos, isto é: IA e ordem social dada).



Todo o problema é que estamos diante *um agenciamento concreto* (macropoliticamente branco, macho, capitalista, imperial, hétero... – a lista é interminável...) que mobiliza o aspecto mutante da IA como um subproduto e um aliado estratégico de determina-se sempre a mesma (o sistema de privilégios, para falar como Katz).

Um uso novo depende de um agenciamento coletivo novo; isto é, da mutação estratégica e libidinal que confina o potencial mutante da IA à univocidade política de uma formação social dada. Algo com que Gilbert Simondon (2020) estaria de inteiro acordo, e Félix Guattari (1993) também, seria especular que talvez não se trate de “liberar os homens das máquinas”, mas de *liberar as máquinas deste agenciamento* (demasiado humano e branco), em que o potencial mutante delas para nos afetar está bloqueado pela nossa impotência em afetá-las. O problema, e não o perigo, com os algoritmos e a IA residem em que eles não se encontram nunca completamente liberados do agenciamento concreto de que participamos, e de que os fazemos participar; eles nunca são realmente “entregues a si mesmos”, ou deixados em paz.

O bloqueio que alguns julgam encontrar na ética ou na política dos algoritmos não é outro senão o bloqueio dos algoritmos da política, ou da ética mesmas. A IA não está substancialmente fadada a ser o desenvolvimento de uma *view from nowhere* (imaginação branca) ou a limita, e tê-lo demonstrado é um dos méritos do livro de Katz. No fundo, como as próprias sociedades, a IA – assim como todas as tecnologias algorítmicas – precisa implicar uma *view from erewhon*; uma imaginação clínica que assume o ponto de vista do devir e encampa a política de forçar sua emergência.

## Referências

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2008.

EUBANKS, Virginia. *Automating inequality: how high-tech tools profile, police, and punish the poor*. New York: St. Martin's Press, 2019.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et singulatim": vers une critique de la raison politique. In: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, 2001, p. 953-980.

GUATTARI, Félix. À propos des machines. *Chimères*. Revue des eschizoanalyses, n. 19, printemps, 1993, pp. 85-96. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/chime\\_0986-6035\\_1993\\_num\\_19\\_1\\_1881](https://www.persee.fr/doc/chime_0986-6035_1993_num_19_1_1881)>. Acesso em: 19.mai.2021.

KATZ, Yarden. *Artificial whiteness*. Politics and ideology in artificial intelligence. New York: Columbia University Press, 2020.

MARTÍNEZ, Jeudiel. When the future leaks out: sobre o legado e atualidade de W. S. Burroughs. *Lugar comum*, Rio de Janeiro, n. 60, abril de 2021, p. 179-194. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/43386/23272>>. Acesso em: 19.maio.2021.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa*. Como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.

SIMONDON, Gilbert. *Do modo d existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.